
DISCURSO LÉSBICO E CONSTRUÇÕES DE GÊNERO*

Luis Octávio Rodrigues Aquino**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Brasil

Resumo: Este trabalho parte do pressuposto de que a homossexualidade é um leque de possibilidades variadas sobre o tema das relações sexuais e afetivas entre pessoas do mesmo sexo e procura dar conta da multiplicidade de estilos de vida e de escolhas do lesbianismo. Uma das formas de expressão dessa multiplicidade é, justamente, uma vasta gama de classificações, definições, nomeações e hierarquizações produzidas interna ou externamente ao lesbianismo que são aqui examinadas, permitindo mostrar as diferenças identificadas socialmente no grupo estudado.

Abstract: Supposing that, in contemporary Brazil, homosexuality includes a wide span of varied possibilities on the theme of sexual and affective relationships between people of the same sex, this article proposes to explore the multiple lifestyles and options involved in lesbianism. One form of expression is the wide array of classifications, definitions, nominations and hierarchizations produced within lesbianism and outside it. The study of these categories reveals socially identifiable differences within the group in question.

I. Este texto condensa um dos capítulos de minha dissertação de mestrado *As derivas do desejo: processos de construção, manutenção e manipulação de identidades lésbicas em um conjunto de mulheres de Porto Alegre – RS*. A pesquisa de campo foi realizada entre julho e dezembro de 1987 e julho de 1988 a fevereiro de 1989 (observação em bares e boates e entrevistas preliminares) e de junho a dezembro de 1991 (entrevistas com o conjunto selecionado). O conjunto de informantes, selecionado e organizado a partir de entrevistas preliminares, ficou constituído por quatro mulheres (Ana, Glória, Helena e Suzana) que integravam um “grupo” que chegou a aglutinar cerca de doze integrantes centrais e outras tantas “periféricas” que começou a se constituir há aproximadamente 20 ou 22 anos atrás; três mulheres (Bernadete, Cleonice e Julia) que integraram uma “turma” de cerca de oito a dez amigas e que se constituiu há cerca de 18 ou 20 anos atrás e seis mulheres (Adriana, Denise, Lúcia, Olívia, Sonia e Tania) que chamei de “avulsas” e das quais algumas transitaram, mais recentemente, entre as remanescentes do grupo e/ou da turma. Deste total de treze entrevistadas, sete delas moram em Porto Alegre e seis residem em Querência, no interior do Rio Grande do Sul, de onde a maioria do conjunto é natural.

* Este trabalho é uma versão modificada da comunicação apresentada XVIII Reunião da ABA em Belo Horizonte, Minas Gerais, 1992, no GT Experiências e Memória – Os usos do conceito de gênero.

** Mestre em Antropologia Social.

O objetivo central da pesquisa foi trabalhar os processos de construção e manutenção de uma identidade lésbica. No capítulo que originou este texto, procurei me deter especialmente na vasta gama de classificações, definições e nomeações, produzidas interna e/ou externamente ao conjunto das informantes e que terminam por produzir uma hierarquização do universo lésbico. Tentarei examinar como estas definições constroem e manipulam relações de gênero, no sentido do estabelecimento de um universo lésbico classificado de acordo com determinados padrões heterossexuais.

II. Partindo do pressuposto de Fry e MacRae (1983, p. 7), de que “a homossexualidade é uma infinita variação sobre um mesmo tema: o das relações sexuais e afetivas entre pessoas do mesmo sexo”, ou seja, de que a homossexualidade não é “uma” coisa, mas um leque de possibilidades (“muitas” coisas), este texto trabalha a multiplicidade de estilos de vida e de possibilidades do lesbianismo. Uma das formas de expressão dessa multiplicidade é, justamente, a vasta gama de classificações, definições, nomeações e hierarquizações produzidas interna ou externamente ao lesbianismo.

A noção de leque de possibilidades parte do pressuposto que os homossexuais não são um “bloco”, são divididos por sexos; separados por antagonismos de classe, de geração, de interesses; por orientações políticas, ideológicas, filosóficas, religiosas; pela cor, nacionalidade, aparência e tantos mais. Pressupõe ainda, que homossexuais não são as pessoas, mas suas práticas sexuais. Essa multiplicidade de classificações, definições, nomeações e hierarquizações produzidas desnuda essas diferenças, criando/revelando seres e situações até então insuspeitadas.

Como coloca Mott (1987a, p. 10), “várias têm sido as tentativas de classificar os homossexuais. Classificações geralmente baseadas em critérios pseudocientíficos oriundos de discutíveis escolas de medicina, psiquiatria, sexologia forense e etc.”. Tais classificações, no mais das vezes vazadas por preconceitos e imprecisões, terminam por construir um objeto estático e defasado na prática concreta dos indivíduos. Devemos, por isso, ser cautelosos no emprego da noção de “tipos” lésbicos. Isso é particularmente necessário dada a tendência da literatura médica e legal em ignorar as diferenças individuais de sentido e significado da identidade lésbica, enfatizando, em seu lugar, a homogeneidade das lésbicas como categoria social. Entendendo que as tipificações só fazem sentido quando referenciadas ao universo nativo (sob pena de nos perdermos em uma “fúria classificatória”), as tipificações aqui trabalhadas não terão caráter generalizador ou classificatório, mas apenas balizarão o mapeamento do universo lésbico. Os critérios e nomeações usados nas tipificações serão, dentro dessa perspectiva, extraídos do discurso das mulheres entrevistadas, o que também oportunizará uma incursão pelo seu imaginário e universo de representações.

Ao se percorrer a trama de identificações que as informantes constroem nos seus discursos, em seu dia-a-dia, nos deparamos com categorias mais ou menos explicitadas ou apenas referidas. Tais categorias fazem diversos recortes na realidade, que podem ser de práticas e comportamentos sexuais, representações de gênero, visão de mundo e tantos outros. Os itens a seguir tentam dar conta desses recortes.

Um primeiro recorte classificatório operado nos discursos das informantes é o que chamei de recorte pela prática sexual; isto é, aquela classificação que, a partir dos atos sexuais praticados entre mulheres, define as praticantes. A partir dele, vemos emergir dos discursos categorias como: homossexual, bissexual e lésbica.

Entre as informantes, a designação homossexual é empregada com maior frequência, quer seja para o seu próprio reconhecimento, quer seja para o reconhecimento de iguais. Para elas, a palavra homossexual aparece como menos carregada de preconceitos ou menos pejorativa, referendada pela medicina e pela psicanálise como uma denominação “científica”, portanto, menos carregada moralmente de acusações, ofensas, etc. Da mesma forma, boa parte dos estudos sociológicos ou antropológicos referem-se às pessoas que mantêm práticas sexuais com pessoas do mesmo sexo como homossexuais; além dos estudos médicos, legais ou psicanalíticos. Ao se reconhecerem como homossexuais, as informantes aceitam e se enquadram nos estatutos dessa categoria “científica”, quer seja como estratégia de integração social – boa parte da pesquisa médica/psicanalítica atribui homossexualidade a causas que independem da vontade dos(as) homossexuais – quer seja como legitimação dessa forma de ser – a questão da adoção de um estilo de vida, colocado pela sociologia e antropologia.

Para as entrevistadas, homossexual é tanto um adjetivo como um substantivo; decorrência um do outro, muitas vezes. Como coloca Júlia: “Eu sei o que eu sou pelo que eu faço”. Ou como Ana, que resolve se autodenominar homossexual, frente à variedade de denominações possíveis: “Eu optei por ser homossexual... Então tá: vou me chamar assim, né”. Por outro lado, aparece também uma percepção da sociedade (o mundo) como que dividido entre duas categorias: os heterossexuais, de um lado, e os homossexuais, de outro. Como coloca Helena:

Sou homossexual... não tem outra [identificação]. Porque a sociedade define: homossexual e heterossexual. Se... tu não é um, é outro: nós somos o outro... Homossexual... (Helena).

Nesta perspectiva, o termo homossexual aparece vinculado a duas ordens de questões: 1) oposição lógica de heterossexual e 2) decorrência de atividades sexuais com pessoas do mesmo sexo. Marginalmente, tal perspectiva permite a emergência de uma noção que também se faz presente no discurso das informantes: a de bissexual. Tal noção aparece referenciada nos depoimentos de duas informantes que não se consideram homossexuais (Lídia e Glória) e duas outras que se consideram homossexuais *ma non troppo*. Bissexual é, assim, uma categoria intermediária entre hetero e homossexual, marcada particularmente pela irrelevância do sexo do objeto de desejo.

O auto-reconhecimento como bissexual opera como manipulação da identidade em busca da legitimidade social. Bissexual é uma categoria liminar: não está de um lado nem de outro da oposição hetero/homossexual, ao mesmo tempo em que está nos dois. Porém,

para aquelas que se reconhecem como homossexuais, a identificação como bissexual aparece, no momento da entrevista formal, como uma opção de cada um, mas fora da entrevista aparece como uma forma de não se assumir; como enrustimento; como um abandono da opção homossexual; como uma forma “condenável” de ser. Assim, reconhecer-se como bissexual aparece, para aquelas que se reconhecem como homo, como uma forma de “fugir da raia”.

Da mesma forma, pode-se pensar sobre o depoimento de Glória. Ela expressa que sabe que é vista como homossexual, mas não se vê assim. Na sua fala fica mais clara a estratégia de manipulação de uma identidade percebida como desvalorizada, estigmatizante: o recurso de argumentar a falta de atração física por mulheres em geral, sem negar a atração por uma, em particular, mas dando a essa atração um caráter de casualidade. Se pensarmos que sua relação com Helena já dura treze anos (em 1991), a estratégia de manipulação da identidade fica mais clara.

Por sua vez, a categoria lésbica aparece como recusa. Apenas Ana a inclui no seu discurso, assim mesmo ligada a enunciados de outras pessoas, como curiosidade, quando comenta sobre a primeira vez que ouviu o termo “lésbica” e uma amiga lhe explicou o seu significado; ou como categoria de acusação, quando, numa situação de brincadeiras escolares foi chamada de “lésbica” por uma colega, com uma conotação acusatória. É justamente pela conotação acusatória e pejorativa que a denominação lésbica é recusada: “Eu sou homossexual... Eu acho horrível essas palavras todas... a menos pior sapatão; e a que, se eu tiver que dizer, prefiro dizer [que sou] homossexual do que dizer que sou lésbica. Lésbica me soa assim: lésbica; lésmica; lesma.¹ Uma coisa... nojenta, feia...” (Júlia).

Se o termo homossexual foi aceito e incorporado por aquelas mulheres que optam por relacionar-se sexual e afetivamente com outras mulheres, o mesmo não acontece com o termo lésbica. A auto-identificação como lésbica, parece ser um “privilegio” das homossexuais feministas que, ao se reconhecerem assim, procuram enfatizar o aspecto político da opção homossexual: a recusa, na prática, da relação de poder estabelecida pela heterossexualidade, onde o homem domina a mulher. Se o termo homossexual aponta para uma concepção de “condição”, o termo lésbica enfatiza a “opção” e, semanticamente, abandona a questão do comportamento sexual, exclusivamente, em direção à construção da identidade. Por enfatizar a liberdade da opção sexual (escolher o objeto de desejo uma atitude controlável pelo sujeito) e apresentá-la como elemento positivador da identidade, o termo lésbica apropriado pela ideologia (heterossexista) dominante e utilizado no sentido inverso: o de negativar a identidade. Assim, ser lésbica é associado a ser imoral, devassa, suja, condenável e, portanto, merecedora de um estigma que deve apartá-la da sociedade, para que esta

¹ Talvez seja interessante anotar que, no meio homossexual masculino, é freqüente a associação do órgão sexual feminino com caramujos, lesmas, mariscos e etc., como estratégia de desvalorização da mulher.

não seja contaminada. Nesse movimento, o termo lésbica constitui-se em uma categoria de acusação. Para a mulher homossexual, o reconhecer-se lésbica então, implicaria em duas situações mutuamente excludentes: 1) aceitar o estigma e conformar-se a ele; ou 2) recusar o estigma, articulando estratégias de positivação da sua opção sexual. Esta segunda situação implicaria em: a) recusar a denominação lésbica e procurar outras denominações menos carregadas de estigma ou até dissimulatórias, ou b) aceitar a denominação lésbica e buscar esvaziá-la da carga estigmatizadora, no sentido do enfrentamento da acusação e legitimação de sua opção.

Acredito que, no caso das informantes, a primeira opção é acionada. A segunda opção seria a via escolhida pelo movimento lésbico-feminista (Fry; Macrae, 1983; MacRae, 1985; Mott, 1987b), o qual não dá referência para o conjunto das informantes. Outra dicotomia que se pode estabelecer entre as “passivas” e “ativas”. Contrabandeadas da subcultura homossexual masculina (que por sua vez as herdou das imagens heterossexuais a respeito dos homossexuais), onde essas noções informam o papel desempenhado na relação sexual, análogo a penetrado e penetrador (“mulher” e “homem”), nas relações lésbicas, essas noções informam mais o papel de gênero² do que a situação na relação sexual. Assim, as passivas seriam associadas às construções de gênero tradicional da mulher e as ativas às do homem.

Como muito bem já demonstraram Fry (1982), Fry e MacRae (1983), Guimarães (1977), Mott (1987a) e Perlongher (1987), para citar os mais importantes no Brasil, a taxonomia ativo/passivo no universo homossexual masculino construída basicamente a partir do comportamento sexual de penetrador (ativo) e penetrado (passivo). A questão do papel de gênero é decorrência do pressuposto que o ativo (penetrador) é o homem e o passivo (penetrado) é a mulher. Daí o estabelecimento da hierarquia, baseada na dominação do homem/mulher na relação sexual e outras áreas sociais. Assim, a denominação ativo/passivo é fundada originalmente no comportamento sexual e subsidiariamente no papel de gênero.

No caso da homossexualidade feminina, a expectativa de comportamento sexual no âmbito de penetradora *versus* penetrada é mais complexa. Se, no caso dos homens a introdução do pênis orienta a distinção entre quem “dá” e quem “come”, no caso das mulheres tal distinção se inviabiliza; exceto pela possibilidade de utilização de instrumentos ou outras partes do corpo (mãos, dedos, etc.) para que se consuma a penetração. Como utilizar-se de instrumentos de penetração não faz parte do universo de minhas informantes, resta a possibilidade de penetração com outras partes do corpo. Ocorre que, para elas, as possibilidades de penetração na relação entre duas mulheres também não aparece como relevante. Como determinar, então, o que são as ativas e passivas referidas em seus discursos?

² No sentido atribuído por Fry (1982, p. 90-91): “Este item refere-se especificamente ao comportamento, aos traços de personalidade e às expectativas sociais normalmente associadas ao papel masculino ou feminino. Cada cultura define a natureza desses papéis de gênero, de tal forma que não são determinados pelo item sexo fisiológico. [...]”.

[...] Eu coloquei ativa e passiva, porque a gente ouve falar, né, entre homens. Homem ativo aquele que come e passivo aquele que dá. Entre mulher seria tipo assim, ativa, a mulher que faz o papel do homem, né, que seria a mulher que tomasse as iniciativas na relação e a passiva seria a mulher que ficasse ali, esperando a outra. Seria isso (Bernadete).

Assim, a questão da atividade/passividade, se colocaria no campo das iniciativas, dos papéis de gênero, uma vez que a iniciativa seria uma característica masculina em nossa cultura. Mesmo que se verifique uma mudança progressiva nas características atribuídas socialmente aos homens e mulheres, em nossa sociedade hoje, com o advento do feminismo e dos movimentos de homossexuais, a iniciativa, a decisão, a dominação são categorias ainda percebidas como pertencentes eminentemente ao estatuto masculino, ao homem. As mulheres decididas, de iniciativa, dominadoras, seriam percebidas como mulheres-homens, como bem assinalam Fry e MacRae (1983, p. 102-103). Ocorre, porém, que a associação “mulher masculinizada = ativa = iniciativas na relação sexual” nem sempre encontra respaldo na realidade.

O pessoal, em geral, classifica assim... classifica em homossexual ativa e passiva. Essa é a classificação que tem. [...] Ser homossexual passiva é aquela que aceita, que tem um papel mais de aceitação das coisas, mais passiva... Seria um papel mais feminino... de não se manifestar, de não tomar a iniciativa da transa [...] O papel mais passivo esse... fica mais reservado práς que se dizem mais femininas. Nem sempre é assim, né. Às vezes tu... tu tem um sapatão, ... daí, tu vai transar com ela e ela é absolutamente passiva, né [...] O papel ativo é aquele que toma as iniciativas, aquele que domina a história, que domina a relação. Isso é o que eu entendo, e o que normalmente a gente vê é isso, assim. Quem é mais ativa é aquela que é mais masculina, né, no padrão que tem, a ativa é a mais masculina... a passiva é aquela mais feminina (Ana).

Os papéis de ativas e passivas extrapolam a relação sexual e se configuram mais cristalizadamente como de mulheres-homens e mulheres-mulheres, no cotidiano, no dia-a-dia dos relacionamentos. A correspondência de ativas e passivas com os papéis de homem e de mulher é mais social do que sexual. A ativa é uma teatralização do homem: na postura corporal, nos gestos, na fala, no vestir; o que nem sempre encontra correlação na cama. Da mesma forma, a passiva é, também, uma teatralização da mulher.

Vemos configurar-se, então, dois “tipos” de passivas/ativas: 1) a partir dos papéis de gênero (vida social) e 2) a partir do comportamento sexual (vida sexual). Muitas vezes, os dois “tipos” são decorrentes e outras, antagônicos.

[...] em termos de iniciativas... Porque tem mulheres que assumem esse papel: do homem da casa... fazem tudo... trabalham, e sustentam e... fazem tudo. Até mesmo na cama elas ficam num papel mais... de, de... poder, né, de iniciativa. E tem outras mulheres que... ficam sem

fazer nada, né... de madame. Transam com uma mulher, mas aquela mulher, na verdade, pra ela representa um homem. Só que é uma mulher. Então, isso aí eu não entendo muito direito. Então, vai... transar com um homem... Não sei, não entendo direito (Bernadete).

A Regina, apesar de seu aspecto masculinizado é mais passiva. A Béti prefere ser ativa; a Béti é quem come a Regina. Ela não gosta de ser passiva (Ana).

Assim, o papel masculino e o feminino, são negociados, com maior ou menor poder de barganha, entre as mulheres envolvidas na relação; e a decorrência da expressão exterior dos papéis de gênero (papel masculino = masculinizadas e papel feminino = feminilizadas) vista com maior naturalidade. Embora haja uma certa percepção da decorrência, ela é relativizada, também, em termos de momentos da relação, e o equilíbrio entre atividade/passividade aparece como um valor importante.

Algumas mulheres se percebem como mais ativas ou mais passivas. Tais percepções decorrem das histórias de vida (como é o caso de Ana, que “sempre” fez papel de homem), de momentos específicos (como o caso de Adriana, que se sentia mais passiva por “desconhecer” como se relacionar com outra mulher), de temperamento (como Júlia) e outros motivos. Mas a reprodução de papéis e comportamentos masculinos, mesmo quando acionada na prática, vai perdendo espaço no discurso.

Para Júlia, mais do que negar ou aceitar o rótulo de passiva ou ativa, a perspectiva circunstancial, depende da configuração do relacionamento:

Digamos que... a história que eu tive com a Silvinha, que foi antes da Ana, ela era o marido, né... Imagina...super macho a Silvinha. Com a Ana, ela era o marido. [...] Imagina se a Ana vai ser a esposa de alguém... Depois da Ana eu tive com a Gabi, que era parêlho. Que ninguém era marido. Era uma coisa assim... não tinha bem isso, sabe... Talvez eu fosse um pouco mais... ativa, assim... Não sexualmente. Sexualmente não, mas... até mesmo pela minha condição de vida [...] E depois dela, com a Clara... eu sou o marido. Porque a Clara muito passiva. Então, não que eu seja o marido, mas, ... geralmente eu que decido as coisas, entende... (Júlia).

De um lado, o fato da “inexperiência” quanto ao relacionamento com outra mulher, a insegurança quanto ao comportamento e a relação sexual com alguém do mesmo sexo, pode levar a um comportamento mais passivo. Como argumenta Adriana:

Talvez eu tenha assim... de repente, agido na passiva, muito na passiva, na primeira vez... Passiva no sentido de atitudes na cama, de atitudes no sexual... porque eu não sabia como agir, né... Então, assim, a coisa de carinho e tal, eu fazia, mas não sabia como... no caso, fazer a pessoa sentir prazer, né. [...] Mas depois, não... Depois eu comecei a fazer como eu te disse, a... por instinto, né... agir por instinto [...] começar a sentir mais a pessoa que tava ali, né...

o cheiro e tal... E foi bom, porque a gente descobre tanta coisa importante, né... tanta coisa diferente e interessante na mulher. A mulher é super diferente... Em tudo: na pele, no corpo, no sentimento, também, diferente... a emoção... super interessante, né... (Adriana).

Por outro lado, a atribuição da condição de passiva ou ativa, no relacionamento, pode ser definida *a priori*. Independentemente da “experiência na real”, ser ativa ou passiva, pode aparecer como uma imposição de limites; de coisas permitidas e coisas não permitidas, que acabam por configurar um ser ativa ou ser passiva:

[...] Com a Ana, ela não deixava tocar nela, entende... Era uma coisa estabelecida por ela, né... Então, claro, era ela quem penetrava. Era ela quem me tocava... embora eu tocasse nela, eu não tocava mais porque ela não deixava. Quando eu comecei com a Ana, ela ainda era do tempo de transar de camiseta... Eu fiz a Ana tirar a camiseta. Imagina... se ela ia deixar eu tocar nela. E... quando a gente terminou, ela já até gostava, sabe... mas isso foi uma coisa que levou cinco anos, né... (Júlia).

Assim, passivas e ativas constituem-se em categorias relacionais e negociadas, conforme a ênfase seja dada à questão da exteriorização estereotipada dos papéis de gênero ou ao comportamento na relação sexual. Se uma mulher se apresentar com trejeitos masculinos, firmeza de posicionamentos, usando roupas identificadas como de homem (calça, camisa, sapatos “pesados”, etc.), que jogue futebol e enlance a companheira pela cintura ao dançar, certamente será reconhecida como “ativa” e aquela que se apresentar com trejeitos femininos, não exprimindo posicionamentos, usando roupas “de mulher” (saia, blusa, vestido, sapatos “leves”, de salto ou sandália), que não pratique esportes, ser reconhecida como “passiva”. Da mesma forma, a mulher que tomar as iniciativas na relação sexual, que interditar o toque no seu corpo, que tocar ou penetrar (com instrumentos ou com a mão ou dedos) o corpo da parceira, essa será a “ativa”; aquela que deixar parceira as iniciativas sexuais, que tiver o corpo tocado ou penetrado, essa será a “passiva”. Muitas vezes, a “passiva” numa situação torna-se “ativa” em outra, e vice-versa. Considerando o papel de gênero, grosso modo a mulher “ativa” é aquela mais naturalmente identificada como homossexual, lésbica, sapatão e etc. Ao assumir as “características femininas” a “passiva” torna-se invisível, muitas vezes, aos olhos da sociedade.

As denominações “populares”, incorporadas ou provenientes do universo nativo, são inumeráveis. Comportam variações operadas por grupos de amigas, localização geográfica, classes sociais, movimentos organizados ou não da sociedade civil e pela criatividade popular ou mesmo individual. A maior parte delas, está associada ao aspecto exterior das mulheres (ou que se espera que elas tenham): no mais das vezes, o referencial da denominação do homem ou do mundo masculino. Outras se originaram do imaginário popular sobre a relação entre duas mulheres; do refinamento da medicina-legal para a classificação

daqueles que praticam atos homossexuais; da correlação com designações utilizadas para os homens homossexuais e tantas outras origens. Boa parte dessas denominações apontam para a estruturação de um sistema hierárquico, no mínimo, dual. Para cada denominação existe um correspondente, que identifica as mulheres-homens e as mulheres-mulheres. Em menor número, identificam a prática sexual ou as mulheres-homens apenas. Aqui, procurei analisar somente aquelas denominações expressas no discurso das informantes, embora faça algumas referências a termos que fazem parte de um acervo mais geral do universo lésbico e que não aparecem na fala das entrevistadas. Machorra é uma palavra que aparece muitas vezes na entrevista de Susana, ora com conotações agressivas (como usada por outros para agredir as lésbicas), ora com conotações jocosas (para rir de si mesma). Derivada da palavra macho, o termo machorra não deixa dúvidas para que veio: carregado de conotações pejorativas, o termo se dedica a ofender, humilhar, estigmatizar aquelas a quem é aplicado. Provavelmente, uma corruptela de machona (mulher-macho), um termo mais utilizado no interior do Estado, particularmente na zona fronteira com o Uruguai e Argentina.³

[...] Ou então tu vem na rua, sozinha, ... e passa algum e te chama de machorra. Tem gente que dá pedrada, tem gente que passa canivete, tem gente que dá... que passa gilete, né. Assim como fazem com os travestis fazem com as machorras também.⁴ Tem gente que faz gangue contra... contra essas pessoas que têm essa opção sexual. Então tudo isso aí altamente angustiante... [...] Tu aprende a mentir, tu aprende a dissimular... as coisas. Então, a tua vida passa a ser assim, tu te sente uma artista... no palco... o tempo todo. Tu te levanta... com aquela cara de machorra que tu tem, vai pro trabalho [risos], né, e tem que fazer toda uma *performance*, ali, né... (Susana).

Por não poder ser mãe, a mulher estéril se considera, muitas vezes, e é considerada, em nível de senso comum, menos mulher, uma mulher “falhada”. Daí, a correlação “machorra = estéril = homossexual”, uma vez que a relação sexual entre duas mulheres é estéril, não gera filhos, família. Daí, também a dissimulação, a “*performance* de atriz”, para

³ Nos dicionários de língua espanhola (Almoyna, 1988, p. 706; Corominas, 1954, p. 175-176), a palavra “machorra” aparece com o significado de “mulher estéril”. Aparecem também os termos “Machore” e “Machona”, como “virago, mulher varonil”. Nos dicionários de língua portuguesa, “machorra” aparece com o mesmo significado espanhol. Usualmente, também empregado para designar a vaca ou a ovelha estéril.

⁴ Como demonstraram Fry e MacRae (1983), Mott e Assunção (1981) e Perlongher (1987), os travestis são alvo freqüente da perseguição policial e popular; apontados como violentos, criminosos e etc., são perseguidos, violentados, submetidos a trabalhos forçados nas delegacias e outras degradações.

não demonstrar que se é “machorra”. A dissimulação e a *performance* de um outro, como já foi colocado, são estratégias de manipulação de uma identidade estigmatizada; uma tentativa de superação da acusação. Guimarães (1977, p. 68-77) analisou tal comportamento, em um grupo de homossexuais masculinos de classe média alta no Rio de Janeiro, nos termos de estratégia de *passing*; Perlongher (1987, p. 155-207) trabalhou essa idéia a partir da noção de identidade territorializada, em sua pesquisa sobre a prostituição viril em São Paulo; Gaspar (1985, p. 88-123) também apontou tais estratégias da parte de prostitutas de classe média – as “garotas de programa” – no Rio de Janeiro.

Talvez a expressão que tenha aparecido maior número de vezes nos depoimentos, seja “sapatão”. Sapatão é uma dentre tantas expressões designativas de mulheres homossexuais, relacionadas com os pés (tamanho, tipos de calçados, etc.).

Aludindo ao fato de que, geralmente os homens têm pés maiores que as mulheres, logo usam sapatos maiores ou que os sapatos de homens são mais fechados e “sisudos”, o termo sapatão simboliza um nexos entre mulheres homossexuais e homens. Muitas mulheres não-homossexuais envergonham-se do fato de terem pés grandes, o que, não só lhes dificulta a obtenção de sapatos mais “femininos” como também proporciona a proliferação de piadas sobre sua conduta sexual. Certa cantora brasileira, hoje nem tão famosa, cerca de seis ou sete anos atrás, declarava jocosamente em entrevista à revista *Playboy* que talvez fosse a “única sapatão brasileira a calçar número trinta e cinco” (mas não é).

Por outro lado, sapatão é um termo tão popular no Rio Grande do Sul (e talvez em outros estados), como o é a expressão “bicha”, designativa do homossexual desmunhecado. Assim como esse bastante auto-atribuído entre os homossexuais masculinos, sem conotações pejorativas – diferentemente da atribuição exterior – o termo sapatão bastante utilizado pelas próprias mulheres homossexuais, como auto-reconhecimento, sem a conotação pejorativa ou masculinizante que lhes é dada pelo uso popular.

Grosso modo, a sapatão seria o correspondente da “ativa”: uma mulher masculinizada (física e emocionalmente), que identificada e, no mais das vezes, se identifica com o homem. Tal representação é assimilada pelas próprias lésbicas:

[...] Sapatão me representa uma... uma mulher feia, sabe... horrorosa, sargentão... Eu não me vejo... posso até parecer assim pras outras pessoas... e talvez até por eu ter personalidade, assim, ariana, assim, meio mandona e tal, eu possa parecer isso, mas não é o que eu tenho por dentro, entende... Não é assim que eu me sinto (Júlia).

A sapatão vista como aquela que não se comporta, não se parece com uma mulher.⁵ Aquela que, além de reproduzir técnicas corporais (Mauss, 1974, p. 219) masculinas, como o modo de andar, de falar, de gesticular, de dançar e etc. Veste-se com roupas de homem, usa cabelos e unhas curtas, não usa maquiagem e procura, como parceiras, mulheres de aspecto feminino – as “sapatilhas”, “ladies”.

Em decorrência disso, para muitos, firmou-se a crença de que as sapatões são aficionadas de esportes “masculinos”, particularmente o futebol – considerado um domínio essencialmente masculino, no Brasil, levando, inclusive, a se “suspeitar” da conduta sexual de mulheres que ousam jogar futebol.

A correlação sapatão = homem, se expressa bem, acredito, nas palavras de Denise, ao se referir a senhores executivos, casados, “muito homens” e que procuram rapazes (michês ou não) em bares e boates homossexuais, para uma transa: “De dia, ‘sapatão’ e de noite ‘são putão’” (Denise).

Nessa mesma linha, explicitando mais a associação lésbicas = homens, encontramos outras denominações nos discursos das informantes, que aludem especificamente ao universo profissional masculino: “soldado”, “sargento”, “coronel”, “caminhoneiro”, “guarda-costas” e outros.

Integrar tais categorias significa, por um lado, exteriorizar uma aparência “fortemente” masculinizada, de macho, como coloca Bernadete. Por outro, também, uma questão de classe social: ser “soldado”, “caminhoneiro”, “guarda-costas”, “sargento” uma atribuição para as outras mulheres; para aquelas de classes inferiores de quem atribui. Na sua rede de relações, as informantes não se atribuem tais classificações, referem-se sempre ao exterior de suas redes; às outras, aquelas diferentes delas. Além disso, no mundo real, as profissões expressas nas denominações, são profissões de homens de extratos sociais inferiores; de homens mais “toscos”, menos refinados.⁶ Isso marca diferenças, que são percebidas, muitas vezes, de forma não muito consciente:

[...] Era um lugar normal... era um monte de mesas, as pessoas comendo *pizza*, só que só tinha mulher... aquele mesmo “tipo” assim, aquelas mulheres mais ...mais homem, com aquelas namoradas... Era... e sempre nada-a-ver... aquelas mulheres horrorosas... tudo... homem. Porque a gente não tinha, assim... a gente até tinha um tipo bem característico, mais masculino,

⁵ Isso não significa que sejam travestis de homem. Durante o trabalho de campo, para a dissertação, reuni algumas informações sobre mulheres que iam além das roupas *unissex*; vestindo terno, gravata e uma até, mesmo, chegando a usar um bigode postiço, e que saíam a “caçar” mulheres em bares e boates de clientela heterossexual. Infelizmente, não consegui ter acesso a nenhuma delas.

⁶ As mulheres as quais são atribuídas tais denominações, em geral são percebidas como fortes (fisicamente), grandalhonas, pesadas. Dotadas de corpos “massudos”, com curvas menos definidas, ombros largos, braços fortes, mãos grandes, sem cintura, usando calças de brim e camisas largas (que disfarçam os seios), tais mulheres adquirem uma aparência masculina, porém de homens “típicos” de classes baixas.

mas não era uma coisa tão “pesada”... Eu me lembro que uma coisa que me chamava a atenção era ver as mulheres de jaqueta de couro... sabe, umas jaquetas de couro e calça e um sapato bem de homem. Um troço assim, muito homem... Aí era homem demais pra nós... [risos] (Ana).

Ana frisa muito a percepção de que elas – seu grupo de amigas vindas do interior – eram diferentes das mulheres que pareciam demasiadamente com homens. Em outras ocasiões, a aparência masculina se desdobra numa correlação com a violência, característica largamente atribuída – popularmente e por boa parte dos homossexuais masculinos – às lésbicas. Importante nestas denominações, além do fato delas se inspirarem no universo masculino, o que reforça a associação das lésbicas com homens, é que elas conformam sistemas hierárquicos, onde as “masculinas” dominam e as “femininas” são dominadas. O próximo item descortinar um movimento de superação dessa hierarquia rumo a um igualitarismo.

Como colocam Fry (1982), Fry e MacRae (1983), Guimarães (1977), MacRae (1985) e Perlongher (1987), no final da década de 60, no Brasil, vê-se o surgimento de uma categoria, entre os homossexuais masculinos que operar no sentido da igualdade e simetria, em oposição, hierarquização e segregação de papéis de gênero: o “entendido”. Para os “entendidos”, pouca importância será dada às questões ligadas ao comportamento sexual e aos papéis de gênero; a definição se dará em termos de orientação sexual. Esses autores afirmam ainda, que o modelo de relacionamento igualitário proposto pelos “entendidos” co-existe, ainda hoje, com os modelos hierárquicos – sejam os propostos pela medicina-legal, sejam os de origem popular, ambos legitimados no mundo homossexual.

Para Fry (1982, p. 95, 104) o surgimento dessa categoria “está relacionado com toda uma transformação social das classes médias e altas das grandes metrópoles do país [...]” e em consonância com os movimentos de libertação homossexual nos Estados Unidos e Europa, nesse mesmo período. O termo “entendido” enfatiza a igualdade entre os homossexuais e firma-se como uma espécie de correlato ao termo *gay* cunhado pelos movimentos homossexuais norte-americanos e europeus. Se, por um lado, esses movimentos criaram as bases de sustentação da categoria *gay*, apropriada pelos homossexuais das classes médias e altas no Brasil como “entendido”, por outro, o movimento feminista internacional, depois de superar o preconceito homofóbico e passar a abrigar uma vertente lésbico-feminista não age da mesma forma. As feministas lésbicas optarão por reafirmar a denominação “lésbica”, procurando positivá-la e esvaziá-la dos preconceitos e conotações pejorativas. Com um movimento feminista ainda muito incipiente no Brasil, nessa época – o mesmo se pode dizer do movimento homossexual – as lésbicas brasileiras tomam “de empréstimo” aos homossexuais masculinos o termo “entendido”, adaptando-o ao seu gênero. Dentro das classes médias e altas brasileiras, os homossexuais passam a se autodesignar, então “entendidos” e “entendidas”. Assim, o desenvolvimento histórico da categoria “entendido(a)” nos dá a pista para que se possa compreender melhor o recorte de classe que ela opera. Em contraposição aos termos de “classe baixa” (“caminhoneira”, “soldado”, “guarda-costas”

e até mesmo “sapatão”) a autodenominação de “entendida” designa a lésbica das classes médias e altas.

Embora as informantes não tenham se referido a si mesmas como “entendidas” nos seus depoimentos, a definição do termo aparece como fazendo parte de seu estilo de vida (em alguns casos, segundo elas, como decorrência da maturidade) em seus discursos.

“Entendida”, hoje, um termo que já empregado, muitas vezes, fora dos limites das redes de relações ou espaços lésbicos. De certa forma, pode-se dizer que já está apropriado por setores da sociedade (artistas, intelectuais, “empresários” do mercado sexual e outros) e define não só a proposta de relacionamento igualitário entre duas mulheres, como aquela lésbica sem “características masculinas” marcantes e integrante das camadas médias e altas da sociedade. Assim, “entendido(a)” também um qualificativo social – ao contrário das outras referências de homossexualidade que conotam pejorativamente – e, como tal, atribuído também aos espaços de sociabilidade homossexuais. Com isso, diferencia-se, por exemplo, um bar de clientela proveniente das camadas médias e altas – como um bar de “entendidas” – e um outro de clientela presumidamente “mais baixa” – como um bar de “sapatão” ou de “caminhoneiras”.

Uma aura de intelectualidade, bom gosto, refinamento e cultura envolve o qualificativo “entendido(a)”.

Dessa forma o termo “entendida” é, a um só tempo, designação de um “tipo” de lésbica e categorizador social.

... Agora a gente chama de “prima”... tudo... parecido... Tudo rótulo, ... porque a sociedade é superpreconceituosa. A maioria dos heterossexuais não aceita que tu é homossexual. Não te respeita... tu tem que atingir o respeito profissional, de trabalho, uma série de coisas, porque eles te rotulam... eles não analisam... A tua sexualidade tu pode ter o que tu quiser. Tu pode ter tesão por quem tu quiser, agora o teu trabalho profissional não tem “nada” a ver. E as pessoas, infelizmente, no Brasil... “Ah, bixa! sapatão!” Então é diferente. Tu tem que ter o dobro da eficiência pra poder ter um lugar na sociedade, igual ao heterossexual. Então a gente acaba se isolando, rotulando, arranjando apelido, essas coisas, pra dizer que tu é homossexual, mas que tu é gente que nem os outros. Que tu tem a mesma capacidade de trabalho, que tu tem sentimentos, que tu não é bagaceira, que tu não vive acordando todo mundo [...]. Então tu acaba arranjando um rótulo (Helena).

As palavras de Helena dão conta de uma das vias pelas quais trafegam as inúmeras variedades de denominações que são atribuídas às mulheres que ousam amar outras mulheres. A tentativa de fugir ao preconceito, acusação de anormalidade, pecado ou sem-vergonhice, leva as lésbicas a inventarem denominações com as quais possam se tratar entre si, correndo menos riscos de ferirem-se umas às outras ou de serem acusadas e perseguidas pela sociedade. Mas esta não é a única via trafegável. Outra via é a da estratégia de legitimação de sua opção sexual, através do enfrentamento. Ao resgatar determinadas

denominações, ou inventar novas, e positivá-las como legítimas e desestigmatizadas, estas mulheres se colocam inteiras e de frente na luta contra o preconceito homofóbico. Ao fazerem isto, acabam por encorajar-se mutuamente e àquelas que temem a explicitação de seus estilos de vida, num movimento de avanços e recuos, mas que progride.

Porém, o movimento de legitimação não é constituído só pelo enfrentamento exterior ao mundo lésbico, mas também por enfrentamentos internos. Assim, várias denominações estruturam sistemas de classificações e representações que organizam e hierarquizam o mundo lésbico. Ao se auto-identificarem com denominações menos pejorativas/estigmatizantes, operam um movimento de legitimação entre as semelhantes que, todavia, calcado na estratégia de acusação de desvio. Essa estratégia fica mais visível quando as “homossexuais” ou as “entendidas” acusam as “sapatões” ou “caminhoneiras” de serem demasiadamente “homens”, “machos”, “masculinizadas” e etc. Ou ainda quando as “entendidas” se colocam como pessoas “normais”, em oposição a uma suposta anormalidade das “outras”. Muitas vezes, o mecanismo é tão sutil, que as próprias “acusadoras” não se percebem como tal.

Guimarães (1977) já apontava essa estratégia ao analisar um conjunto de homossexuais cariocas, que se auto-reconhecia como “diferentes” – “entendidos” dentro de um universo de semelhantes (os homossexuais). Ao estruturar um sistema composto por categorias negativas (anti-requinte, vulgaridade, afeminado, “anormal”, exagerado e etc.) para classificar as “bichas”, eles acionavam um mecanismo legitimador de si próprios, baseado em categorias positivas antagônicas às das “bichas” para definir os “entendidos” (requinte, bom gosto, não afeminado, “normal”, sem excessos e etc.).

Para finalizar, acredito que o mais importante a ser ressaltado nesta discussão, a partir dos três sistemas de denominação/classificação encontrados no discurso das entrevistadas, é que todos operam com representações de gênero. O que está em jogo no discurso das informantes é como elas constroem o homem e a mulher e como incorporam essas construções nos seus discursos e nas suas relações.

De revelar-se, o senso comum exige um “assumir-se” e desse, posturas caricatas e estereotipadas. Quer mostrar-se como lésbica? Que se vista e se porte como homem. O senso comum não admite sutilezas. Até por isso que é comum. Mas essa exigência não aparece só da parte dos heterossexuais, ela está presente também no universo homossexual, fruto da assimilação dos padrões dominantes que só concebem duas possibilidades de ser: ser homem ou ser mulher. Ser homem ou ser mulher, no plano sexual, significa ter atração pelo sexo oposto; logo, quem quiser ter atração pelo mesmo sexo, deve parecer e comportar-se como pertencente ao seu sexo oposto. Triste lógica que encarcera as sutilezas e as autenticidades e que gera condutas muitas vezes descompassadas com as individualidades.

É importante que se ressalte ainda que, subjacente à trajetória lésbica das informantes, permanece – percebido por elas mesmas, muitas vezes como um dado de maturidade – uma identidade de gênero feminina. Perceber-se como uma mulher é uma recorrência em quase todos os depoimentos. É claro que isso também pode ser visto como mais um

mecanismo de legitimação de um estilo de vida lésbico acionado pelas informantes, que desautorizaria as perspectivas científicas mais tradicionais, que insistem em ver as lésbicas como um simulacro do homem. Tal percepção reforça ainda a busca de um igualitarismo detonada no interior do movimento homossexual organizado, e na história de vida dos homossexuais em geral, a partir da década de 70. Apesar disso, não podemos deixar de ter claro, por outro lado, que “[...] a constituição de uma ‘cultura de gênero’, o campo simbólico em que as diferenças no domínio do ‘feminino’ e do ‘masculino’ são construídas e representadas, acontecem de um modo desigual, mutável, flexível e contraditório” (Maluf, 1992, p. 194). São justamente essas diferenças, mutabilidades, flexibilidades e contradições que permeiam e constroem as representações de gênero e de si mesmas das entrevistadas que vemos brotar em seus discursos. Além do mais, a idéia de gênero por sua vez está intimamente ligada às idéias de diferença e desconstrução, que nos remetem a indagações sobre as diferenças entre mulheres e homens, mas também entre mulheres (Machado, 1992, p. 9).

Referências

- ALMOYNA, J. M. *Dicionário de espanhol português*. Porto: Porto Editora, 1988.
- COROMINAS, J. *Diccionario crítico etimológico de la lengua castellana*. Madrid: Editorial Gredos, 1954.
- FRY, P. *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- FRY, P.; MACRAE, E. *O que é homossexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Coleção Primeiros Passos, n. 81).
- GASPAR, M. D. *Garotas de programa: prostituição em Copacabana e identidade social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- GUIMARÃES, C. D. *O homossexual visto por entendidos*. 1977. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1977.
- MACHADO, L. Z. Introdução. In: COSTA, A. de O.; BRUSCHINI, C. (org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.
- MACRAE, E. *O militante homossexual no Brasil da “Abertura”*. 1985. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.
- MALUF, S. W. Gênero, poder feminino e narrativas de bruxaria. In: COSTA, A. de O.; BRUSCHINI, C. (org.). *Entre a virtude e o pecado*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.
- MAUSS, M. As técnicas corporais. In: MAUSS, M. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: EPV/EDUSP, 1974. v. 2.

MOTT, L. *Dez viados em questão*. Salvador: Edições Espaço Bleff, 1987a.

MOTT, L. *O lesbianismo no Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987b.

MOTT, L.; ASSUNÇÃO, A. Gilete na carne. Etnografia das automutilações dos travestis na Bahia. In: REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 33., Salvador, julho de 1981. *Anais....* Salvador: SBPC, 1981.

PERLONGHER, N. *O negócio do michê*: prostituição viril em São Paulo. São Paulo: Brasiliense, 1987.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.